

## **Luhmann e as redes sociais**

### *Luhmann and social networks*

Luiz Carlos do Carmo FERNANDES<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo objetiva percorrer a obra de Niklas Luhmann, em particular a *teoria dos sistemas* desenvolvida pelo autor alemão, com o intuito de verificar a procedência das críticas feitas a ele no que se refere ao entendimento da esfera pública e ao processo democrático. Inicialmente procurou-se apresentar o modelo de comunicação do autor alemão estabelecendo as principais diferenças em relação aos modelos tradicionais. Em seguida, buscou-se apresentar a função desses meios de comunicação na perspectiva de Luhmann. Ao final verificou-se que o autor não só contempla as possibilidades de ampliação da esfera pública, criadas a partir das novas tecnologias, como também apresenta o papel que os meios de comunicação têm neste cenário.

**Palavras-chave:** Teoria dos sistemas. Redes sociais. Esfera pública.

#### **Abstract**

This article aimed to scroll through the work of Niklas Luhmann, in particular the theory of the systems developed by the German author, with in order to check the correctness of criticism of him in relation to the understanding of the public sphere and the democratic process. Initially we tried to present the communication model of the German author establishing the main differences compared to traditional models. Then we tried to present the function of these media in Luhmann's perspective. At the end found that the author not only offers the options for expanding the public sphere, created from new technologies, but also presents the role that the media play in this scenario.

**Keywords:** Systems theory. Social networks. Public sphere.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Curso de Publicidade e Propaganda, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. E-mail: lucajor@gmail.com

## Introdução

Niklas Luhmann, embora seja considerado um dos mais importantes representantes da sociologia alemã na atualidade, é também muito criticado por questionar a relevância das categorias de análises da sociologia clássica. Ao jogar por terra conceitos centrais e quase imutáveis das ciências sociais, como razão, finalidade, sujeito, ação, o autor provocou polêmica e fortes reações do mundo acadêmico, ganhando a pecha de teórico conservador de cunho funcionalista.

Um dos seus principais, e talvez mais relevante críticos, foi Jürgen Habermas, que o classificou como “representante da razão funcionalista” e definiu a descrição do paradigma da autopoiesis<sup>2</sup> como “biologismo”. Para Habermas, Luhmann é o representante do funcionalismo que conduz ao extremo a afirmação neoconservadora da modernidade social (HABERMAS, 1985, p. 325 *apud* SIGNATES, 2009, p.79). Ou seja, na interpretação de Habermas, Luhmann produz um reducionismo com sua *teoria dos sistemas*. “Habermas identifica em Luhmann o mesmo problema de Parsons, isto é, a redução da comunicação linguística a um mero mecanismo de controle do sistema” (HABERMAS, 1981, p.373, *apud* SIGNATES, 2009, p.83).<sup>3</sup>

Mas a crítica mais contundente, do ponto de vista deste artigo é a afirmação de que Luhmann não vê “as esferas públicas propiciadas pelas novas tecnologias de comunicação”. Ou seja, segundo Habermas, o funcionalismo sistêmico de Luhmann trabalha com a suposição de que, nas sociedades modernas o mundo da vida<sup>4</sup> já foi

---

<sup>2</sup>A teoria da *autopoiesis* foi criada pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela como um marco que permite analisar as particularidades mais significativas dos organismos vivos. Luhmann aplica este conceito o unindo à teoria de sistemas para criar a *teoria de sistemas autopoieticos*. *Autopoiesis* significa, para o autor, autoprodução, produção própria, atividade própria. Podemos considerar que a *autopoiese* significa que mediante esta operação, o sistema cria suas próprias unidades e suas próprias estruturas. A novidade é que, o sistema criaria também os elementos que se compõem: supõe a máxima independência e autarquia do sistema autorreferente.

<sup>3</sup> É importante ressaltar que a polêmica entre Luhmann e Habermas durou anos e Luhmann também criticou Habermas, principalmente, a ideia de comunicação dialógica consensual, o limitado sujeito antropológico, bem como uma particular concepção de subjetividade e o modelo de racionalidade do autor, que Luhmann considera inoperante para descrever a sociedade contemporânea.

<sup>4</sup>Segundo Miranda (2009), o conceito de mundo da vida sofre uma evolução na obra de Habermas, na primeira fase (Teoria do Agir Comunicativo), Habermas considera o mundo da vida como elemento último da integração social, delegando ao direito, ora um papel de instituição legítima, ora de colonizador do mundo da vida. Na segunda fase (Direito e democracia: entre facticidade e validade), o autor mostra um amadurecimento teórico ao perceber que as sociedades modernas, pluralizadas e dessacralizadas, não podem sustentar uma ordem normativa que realize a integração social em elementos metajurídicos, mas apenas no direito democraticamente instituído.

completamente colonizado. Uma visão de condição teórica extremamente frágil (HABERMAS, 1973, p.173, *apud* SIGNATES, 2009, p.83). Resulta daí que Luhmann é acusado por Habermas de “deixar pouco espaço para a ideia de emancipação” e de “dar ênfase ao caráter antidemocrático”.

Sem deixar de perceber a solidez das críticas feitas a Luhmann, este artigo pretende explorar melhor alguns aspectos da teoria do autor, para buscar compreendê-la e, ao mesmo tempo, encontrar em seus conceitos argumentos que possam ser usados para o entendimento das redes sociais online e do mecanismo de micromensagens numa perspectiva sistêmica. Para tanto, parte-se do princípio de que as redes sociais, para serem mais bem entendidas, precisam ser analisadas a partir de parâmetros dos sistemas complexos adaptativos, como defendem Santaella e Lemos (2010).

A diferença é que as autoras se baseiam na *teoria geral dos sistemas*, de Bertalanffy (1968), na *cibernética* de Wiener (1948) e na *dinâmica de redes* de Johnson (2001) e aqui se pretende buscar o entendimento do Twitter a partir da *teoria dos sistemas*, de Luhmann (2009). A *teoria dos sistemas* de Luhmann está fundamentada em três grandes teorias: a *teoria de sistema*, a *teoria da evolução* e a *teoria da comunicação*. Alguns de seus conceitos também estão embasados na *teoria funcionalista* de Parsons. Aqui exploraremos especificamente os aspectos da *teoria da comunicação* em Luhmann.

### **Sociedade sem homens**

Por se tratar de um autor polêmico e complexo, buscar-se retratar neste artigo não somente a obra de Luhmann, mas também a de alguns dos seus principais comentadores. Um autor que traz grandes contribuições para o entendimento de Luhmann é Izuzquiza (1990). O intelectual espanhol realizou a difícil tarefa de tentar explicar a “sociedade sem homens” de Luhmann para o meio acadêmico da Espanha, partindo do pressuposto de que o autor alemão ainda é pouco conhecido fora de seu país, apesar da relevância teórica de sua obra.

Izuzquiza (1990) se propõe a desenvolver um guia de leitura da obra de Luhmann e assim discute as questões centrais na teoria do autor alemão, lembrando que toda obra dele tem por objetivo elaborar uma teoria geral da sociedade. Segundo

Izuzquiza, por entender que não dispomos de uma teoria adequada<sup>5</sup> para descrever a sociedade contemporânea, Luhmann questiona a relevância das categorias de análise da sociologia clássica.

A meta de Luhmann seria reduzir a complexidade e para tanto concebe a sociedade como um sistema autorreferente que cria suas próprias condições de existência e suas próprias condições de mudança (IZUZQUIZA, 1990, p. 11). Ou seja, “um sistema que se diferencia a si mesmo – em um processo autocriador – para abordar novos espaços de possibilidade que se oferecem a ele” (Idem, Ibidem).

Aqui já se dá o primeiro embate entre Luhmann e a sociologia clássica, pois para o autor alemão, a sociedade não é composta de homens nem de ações humanas, mas de comunicação<sup>6</sup>. “Uma comunicação que seria mais complexa e especializada nas sociedades mais avançadas” (IZUZQUIZA, 1990, p. 12). Assim, comunicação para Luhmann (2005), seria um processo autopoiético que vai se estruturando continuamente, que inclui a ação, mas ela mesma não é ação. Ela é apenas o optar entre o sim e o não, entre continuar a conversa ou suspendê-la.

Como nos lembra Izuzquiza (1990), a comunicação, juntamente com a *reflexibilidade* e a *autorreferência*, são temas centrais na obra de Luhmann. Mas o autor alemão enxerga a comunicação não como um processo de transferência de informação, mas como uma seleção, que inaugura um processo de sucessivas seleções: a) a seleção da informação, b) a seleção do ato de comunicar e c) a seleção do ato de entender (ou não entender) a informação e o ato de comunicar (LUHMANN, 2009, p.296).

Nas palavras do autor alemão:

Nenhum desses componentes, isoladamente, pode constituir a comunicação. Esta só se realiza quando essas três sínteses se efetuam. Portanto, a comunicação acontece exclusivamente no momento em que se compreende a diferença entre informação e o ato de comunicar. Isso distingue a comunicação da percepção em si que temos do outro, ou dos outros. (LUHMANN, 2009, p. 297).

---

<sup>5</sup>Para Luhmann, uma teoria adequada deve ser um estímulo ao constante estabelecimento de comparações e relações. Ou seja, ser radicalmente dinâmica, estruturada segundo a lógica da diferença, unida a observação; enfim, um instrumento de redução das complexidades.

<sup>6</sup> Conforme Izuzquiza (1990), Luhmann supõe a existência de homens e de ações humanas, mas eles não seriam parte da sociedade, mas estariam no seu entorno. A sociedade seria um sistema que observa a si mesmo e gera sua própria descrição.

Luhmann diferencia percepção e entendimento ao estabelecer que a informação e o ato de comunicar seriam seleções que devem manter-se distinguidas. Enquanto esta distinção não se realiza não acontece o entendimento, mas apenas a percepção. Para o autor, o processo de comunicação não pode estabelecer conexão imediata com a percepção, já que o que o outro percebe não pode ser negado nem confirmado, nem tampouco questionado ou rechaçado. “A percepção permanece subjugada no fechamento da consciência, e é totalmente invisível tanto para o sistema de comunicação como para a consciência dos outros” (LUHMANN, 2009, p.298)

A partir dessa premissa, Luhmann chega à tese do encerramento operativo e da autopoieses, que leva a incluir a informação, o ato de comunicar e o ato de entender (três aspectos da comunicação) dentro dos preceitos internos de um sistema (Idem, p. 301). A *teoria dos sistemas* de Luhmann também substitui a ideia do consenso, tão cara a Habermas<sup>7</sup>, pelo argumento de que a comunicação leva à decisão de que tanto a informação quanto o ato de comunicar podem ser aceitos ou recusados. “Uma mensagem é aceita ou não”. (Idem, p. 303)

Isto, segundo Luhmann, traz implícito o risco<sup>8</sup>. “A comunicação bifurca a realidade, cria duas versões do mundo, a do sim e a do não, obrigando assim, à tomada de decisão. Graças a essa bifurcação, a autopoieses da comunicação pode garantir sua continuidade; e focalizar a alternativa da aceitação ou da recusa é precisamente no que consiste essa autopoieses” (Idem, *Ibidem*). Desta forma, como afirma Izuzquiza (1990), junto com o aspecto da improbabilidade e a inverossimilhança da comunicação, Luhmann demonstra o quanto o conflito enriquece a comunicação.<sup>9</sup>

Ao discutir a comunicação, Luhmann também revisa os conceitos de emissor e receptor, os substituindo por *ego* e *alter*. Para o autor, o emissor, que comunica, transforma-se em *ego* e o receptor, que é informado, em *alter*. Para entender esta

---

<sup>7</sup>Gomes (2006) afirma que, para Habermas, a meta do entendimento é chegar a um consenso que se fundamenta na base do reconhecimento mútuo das quatro pretensões de validade correspondentes: compreensibilidade, verdade, sinceridade e justiça. E que é importante esclarecer que o consenso precisa encontrar a sua sustentação em dois planos fundamentais: no âmbito das próprias expressões linguísticas e no contexto do mundo da vida.

<sup>8</sup>Luhmann diferencia risco e perigo. Segundo ele, fala-se em perigo se o dano possível for provocado pelo entorno do sistema e se independe de tomada de decisões pretéritas, já que sobre o entorno o sistema tem pouco controle. O risco ocorre quando há a tomada de decisão. Já que cada decisão deve ser tomada no horizonte de desvantagens incertas mas possíveis no futuro, toda decisão é arriscada. (LUHMANN, 1996, p. 466).

<sup>9</sup>A ideia do fator agregador do conflito é mais bem explorada por Simmel (1983).

transformação é preciso lembrar que Luhmann considera três componentes fundamentais em toda comunicação: 1) a informação, 2) a mensagem e 3) e a expectativa de êxito da comunicação ou de seu fracasso (IZUZQUIZA, 1990, p.209).

A *informação* é sempre considerada por Luhmann como uma seleção entre várias alternativas; a *mensagem* seria a pretensão de se compartilhar algo que foi eleito previamente como informação, e a expectativa de êxito, consiste na esperança de que a comunicação se produza com sucesso e, por isso, ordena todo o processo de comunicação e envolve o conteúdo informativo e o modo com que esse conteúdo é transmitido.

Tabela 1 – Teoria de Comunicação de Luhmann

Ato de comunicar	Componentes	Preceitos	Possibilidades	Efeito
Percepção	Informação	Percepção invisível ao sistema de comunicação e à consciência dos outros	Seleção entre varias alternativa	Não estabelecimento de conexão imediata
Entendimento	Mensagem	Diferencia informação e ato de comunicar	Pretensão de compartilhar a informação	Informação compartilhada
Autopoieses	Expectativa de êxito ou fracasso	Diferencia Informação ato de comunicar ato de entender	Aceitação ou recusa da mensagem	Tomada de Decisão

Fonte: Luhmann (2009) e Izuzquiza (1990).

De acordo com Izuzquiza (1990), em última instância, os termos *ego* e *alter* designam sistemas. Ao mesmo tempo, ambos pertencem ao mesmo universo de referência. Assim, a distinção que se estabelece entre *ego* e *alter* está baseada na diferença entre informação e mensagem. Deriva daí que a compreensão do processo de comunicação, em seu conjunto, consiste em aceitar ou recusar o sentido que comporta toda comunicação. Dito de outra forma, deste ponto de vista da compreensão, a comunicação transforma a diferença entre informação e mensagem na diferença existente entre aceitação e recusa do processo da comunicação. (Izuzquiza, 1990, p. 212).



Tabela 2 – Transformações do Modelo de Comunicação - Luhmann x Modelo Matemático

Elementos	Processo	Distinção	Objetivo
Emissor/Receptor	Conteúdo informativo	Informação / Mensagem	Informar
Ego/Alter	Modo de transmissão do conteúdo informativo	Aceitação/ Recusa	Reprodução autopoética

Fonte: Luhmann (2009) e Izuzquiza (1990).

Izuzquiza (1990) afirma que para Luhmann, a aceitação e a recusa da redução de complexidade se encontram na base da comunicação. Para entender melhor a teoria de comunicação de Luhmann<sup>10</sup>, seria necessário também compreender dois conceitos de grande relevância para ele: o de código e o de meios de comunicação. Na visão de Luhmann, ambos são próprios dos sistemas sociais, que são os únicos que podem comunicar e que têm na comunicação o núcleo da reprodução autopoética. “Um sistema comunica mediante a um código e utiliza um determinado meio de comunicação, ao mesmo tempo, constrói, ao longo da evolução sociocultural, novos códigos e meios de comunicação”<sup>11</sup> (Idem, p.213).

Cabe aqui a ressalva, feita por Izuzquiza, de que para Luhmann, um código é sempre binário. Isso traz como vantagem da rapidez de ordenação. Há, portanto, estreita relação entre código e função. Os códigos ajudam a orientação de um sistema e o cumprimento de uma função determinada (IZUZQUIZA,1990, p.214). Ou seja, um código ordena diferenças funcionais em torno do que pode estabelecer-se um sistema. Aqui Luhmann também apresenta a diferença entre *codificação* e *programação*. O código encontra-se no interior do sistema e o programa, na projeção exterior do sistema. Desta forma, a diferença entre ambos permite ao sistema manter-se aberto e fechado (Idem, p.219).

Para Luhmann, os meios de comunicação permitem fazer provável o improvável. Por isso, a atividade dos meios de comunicação deve ser vista como uma

<sup>10</sup> É preciso afirmar que o modelo de comunicação de Luhmann trabalha com base no modelo desenvolvido pelo matemático Claude Elwood Shannon e o engenheiro Warren Weaver (1948), principalmente para atender demandas das telecomunicações e, por isso, ainda não leva em consideração as possibilidades de interpretação da recepção.

<sup>11</sup> Assim, toda informação que não se encontra codificada será considerada ruído e não poderá ser processada pelo sistema.

sequência de observações ou operações observadoras que, para se realizar, necessitam diferenciar autorreferência de heterorreferência. (LUHMANN, 2005, p.21). O autor considera três meios de comunicação: 1) a linguagem, 2) os meios de extensão e 3) os meios de comunicação simbolicamente generalizados.

A *linguagem* para Luhmann é um meio fundamental de comunicação baseado na combinação de signos e sons; os *meios de extensão* envolveria a escrita, a imprensa, rádio, TV, transcendendo a comunicação meramente interpessoal, representando um importante nível de abstração e distanciamento dos sujeitos concretos cuja presença era necessária na linguagem; e os *meios de comunicação simbolicamente generalizados*, seriam diferenciados e próprios de uma sociedade moderna e serviriam como referência para ordenar outras comunicações (cada sistema social tem seus próprios *meios de comunicação simbolicamente generalizados*, os mais analisados pelo autor: o dinheiro, o amor, o poder e a verdade<sup>12</sup>) (IZUZQUIZA, 1990, p.222).

### **Função dos meios de comunicação**

Compreendido o que venha ser meios de comunicação para Luhmann, resta saber qual seria, para ele, a função deles. Como quase tudo da obra do autor, a resposta não se dá de forma muito simplificada. Antes de qualquer coisa, Luhmann propõe estabelecer uma distinção entre *operação* e *observação*. A primeira seria a ocorrência efetiva de acontecimentos; a segunda utilizaria uma distinção para descrever uma coisa. “Observar é também, evidentemente, uma operação (...), mas uma operação altamente complexa que, ajudada por uma distinção, separa aquilo que ela observa do que ela não observa”<sup>13</sup> (LUHMANN, 2005, p. 155).

---

<sup>12</sup>O *amor* unificaria e codificaria o campo das relações pessoais; o *poder*, próprio do sistema político, supõe organizar a comunicação do sistema político em torno das relações de poder; o *dinheiro*, próprio do sistema econômico, traduz a ilimitada possibilidade de intercâmbio e regula a variedade de comunicações econômicas e a *verdade*, que seria o meio de comunicação próprio da ciência, ordenaria as comunicações em que o sistema social e a ciência podem dar-se, impondo unidade e variedade das mesmas (IZUZQUIZA, 1990)

<sup>13</sup> Essa distinção, segundo o autor, é necessária para examinar um conhecimento vindo da teoria biológica evolucionista: a de que a adaptação dos seres vivos não pode ser deduzida de capacidades e realizações cognitivas.



Tabela 3 – Função dos Meios de Comunicação segundo Luhmann

Elementos	Localização	Base	Função	Objetivo
Código	Interior do Sistema	Autoreferência	Orientar o sistema	Cumprir função determinada
Programa	Exterior ao Sistema	Heteroreferência	Orquestrar Autoobservação do Sistema	Iritar o Sistema

Fonte: Luhmann (2009) e Izuzquiza (1990).

A partir dessa perspectiva, Luhmann chega à conclusão de que não se podem colocar altas exigências no que se refere ao entendimento da comunicação. “Normalmente, as ambivalências e os mal-entendidos são transmitidos junto com a comunicação à medida que não os bloqueiem; entender é praticamente sempre um mal entender sem entendimento desse mal” (Idem, p.158). Resulta daí que para Luhmann, a função dos meios de comunicação está em orquestrar a auto-observação do sistema social. “Trata-se de uma observação que produz por si mesma as condições de sua própria possibilidade e, nesse sentido, ocorre de forma autopoietica” (Idem, Ibidem).

Portanto, o entendimento do autor é de que a função dos meios de comunicação não é assegurar o aumento do conhecimento, nem na socialização ou educação no sentido da conformidade às normas, mas “consiste na produção contínua e no processamento das irritações”<sup>14</sup> (LUHMANN, 2005, p.159). Ele aponta que para realizar sua função, a comunicação tem problemas a resolver: como ir de uma comunicação a comunicação seguinte? Como capturar diariamente variedade em massa e transferir na informação como irritação? Como lidar com um consenso processualmente assegurado que tem de ser certificado operacionalmente?

Segundo Luhmann, cada comunicação explícita recoloca a questão da aceitação ou da recusa, põe em jogo, portanto, o consenso, sabendo muito bem que também e exatamente pelo dissenso que se pode continuar a comunicação.

É exatamente por isso que a comunicação precisa ser conduzida paralelamente aos objetos constituídos por ela mesma. Cabe também aos meios de comunicação basicamente produzir o efeito de tornar

<sup>14</sup>De acordo com Luhmann, a irritabilidade é a característica estrutural mais geral dos sistemas autopoieticos. Ela assume, na descrição moderna, o lugar que se atribuía no passado à natureza.

coisas conhecidas e variar de tempos em tempos, de tal forma que na comunicação que se liga à anterior possa-se arriscar a provocar aceitação ou recusa. (LUHMANN, 2005, p.163).

Por tudo isso, Luhmann não comunga com a grande exigência feita aos meios de comunicação. Em sua opinião, não se deve colocar nenhuma exigência exclusiva sobre os meios de comunicação em construir a realidade.

Cada comunicação contribui basicamente para a construção da realidade naquilo que ela pode aproveitar e naquilo que dela deixa ao esquecimento. Indispensável, contudo, é o envolvimento dos meios de comunicação quando se trata de uma ampla difusão, da possibilidade de apropriarmo-nos do conhecimento de forma anônima e, portanto, imprevisível (LUHMANN, 2005, p.167).

Ou seja, Luhmann entende que o papel central da comunicação é o de seleção, que permite o sistema observar a si mesmo e os outros (o entorno). E é isso: a seleção, que é a aceitação ou recusa da comunicação, que permite o sistema reduzir as complexidades e avançar. Mas o papel de evoluir (ou não evoluir) é do sistema e não da comunicação em si.

### **Considerações finais**

Luhmann, mesmo que indiretamente, relativiza os impactos negativos dos meios de comunicação ao lembrar que para que a *informação* seja transformada em *mensagem* e, conseqüentemente para que a expectativa de êxito do *ego* se realize, há um processo de aceitação e recusa por parte do *alter* do processo da comunicação. Bem como também diminui a expectativa quanto à função dos meios de comunicação, deixando claro que não é seu papel construir a realidade, mas tão somente difundir as amplas possibilidades de “aprimorarmo-nos do conhecimento de forma anônima”.

Ao atribuir aos meios de comunicação tão somente a função de produzir e processar as irritações, que seriam a forma do entorno se comunicar com o sistema, Luhmann consegue muito bem perceber as nuances que envolvem as chamadas redes sociais, como demonstram Santaella e Lemos (2010). “Nas redes sociais móveis, inteligências humanas e artificiais atuam em uníssono em um grande corpo híbrido de

micromensagens, que permeiam tempo e espaço, culturas e códigos, esferas e redes” (SANTAELLA E LEMOS, 2010, p.129).

Luhmann, dessa forma consegue acenar para uma realidade bastante concreta na atualidade, que é o fato de que, como afirma Galloway (2010), “redes de informática são relativamente indiferentes a conteúdos semânticos e interpretação”, bem como que “a interatividade é um dos instrumentos fundamentais de controle e organização”, gerando o que ele denomina de “tragédia política da interatividade”: o que antes era libertador para Enzensberger<sup>15</sup> é hoje o verdadeiro lugar da exploração, da regulação e do controle informático (GALLOWAY, 2010, p. 96-97).

Ao mesmo tempo, ao mapear o sistema, o autor alemão nos possibilita melhor compreendê-lo e, assim, permitir ações contra hegemônicas do mundo da vida. Muito bem definidas na conclusão de Galloway:

A interatividade é penosa. A transparência vem com o custo de se fechar todas as coisas. Essa é a condição do cidadão digital hoje. É nossa tarefa, portanto, não festejar o heroísmo das redes, mas, em vez disso, oferecer uma reconstrução crítica do código, de forma a que o próprio aparelho seja reformulado como um instrumento de prática, e não como um instrumento de gestão, como permanece hoje. (GALLOWAY, 2010, p.99)

Assim, é possível deixar de lado os argumentos *apocalípticos* e *integrados*; ou melhor dizendo, *cyberpessimistas* e *cyberotimistas*<sup>16</sup>, que atribuem ao meio digital o poder de estimular ou controlar a participação política no ambiente democrático, para transformar a perspectiva de Luhmann em uma importante referência para os que desejam estudar as novas tecnologias de comunicação e o seu uso como instrumento de luta no campo político. Motivo de sobra para se recusar algumas das acusações feitas a Luhmann por seus críticos, em particular as de Habermas, de que o autor alemão “não vê as esferas públicas propiciadas pelas novas tecnologias de comunicação” ou “dá ênfase ao caráter antidemocrático”.

---

<sup>15</sup> Diante da impossibilidade de acabar com a manipulação da mídia tradicional, Enzensberger via como a única saída que todos se tornassem manipuladores, evitando assim a passividade do simples espectador. (*Baukasten zu einer Theorie der Medien, 1970*)

<sup>16</sup> O conceito, desenvolvido por Pipa Norris (2001), sendo que os *cyberpessimistas* são os que não acreditam no aumento significativo da participação política por meio da Internet e os *cyberotimistas* aqueles que veem na web uma ótima oportunidade para incrementar o ambiente democrático.

Entende-se aqui como democrática a possibilidade de aceitação e recusa da comunicação apresentada por Luhmann em sua *teoria da comunicação*. Isso porque, ao menos na visão procedimental de democracia, o direito à participação, a possibilidade de contestação pública e as manifestações de conflito e clivagem, são fundamentais (DAHL, 1977; LIPSET, 1967). Ou seja, aceitação e recusa estão no cerne de qualquer uma das ações que servem de base para a *poliarquia*, que para Dahl (1977) seria o estágio mais avançado da democracia representativa.<sup>17</sup>

Da mesma forma, ao afirmar que a esfera pública não pode decidir politicamente e está de fora dos limites do sistema político, sendo por ele explorado e copiado no interior do sistema, Luhmann, de forma alguma, deixa de enxergar novas possibilidades da esfera pública, geradas pelas redes sociais. Ao contrário, pois chega a estabelecer a função dos meios de comunicação nessas esferas públicas, qual seria “não o de produção, mas o de representação da esfera pública” (LUHMANN, 2005, p.170).<sup>18</sup>

Isso porque, se para o autor, o sistema político está fechado no código, ele está aberto em seu programa. O que permite uma incessante reprodução autopoética. Assim, a política deve não somente combinar seu próprio nível de independência com as limitações impostas pelos subsistemas econômico e jurídico, como também com seus entornos. Melhor dizendo, existe uma situação de equilíbrio instável entre política, economia e direitos, que é preciso ser considerada para compreender como exercer a atividade no sistema político (IZUZQUIZA, 1990, p.228-300).

Para entender esta perspectiva, é necessário levar em consideração o fato de que a democracia para Luhmann é uma complexa perspectiva política que permite, ao mesmo tempo, tomar decisões e assegurar a variabilidade das mesmas. E mais, as decisões políticas sempre devem considerar o longo prazo e procurar manter-se em um tempo estendido. E não apenas isso. Luhmann também compreende que, na sociedade

---

<sup>17</sup>De acordo com esta perspectiva, existem quatro tipos de regimes democráticos: a) hegemonias fechadas, em que o poder não é disputado nem há contestação pública; b) hegemonias inclusivas, em que continua não havendo contestação pública, mas aumenta a oportunidade de participação política; c) oligarquias competitivas, em que há uma possibilidade de participação e contestação limitadas; e d) poliarquia, em que as possibilidades de participação e contestação são ampliadas (DAHL, 1977).

<sup>18</sup> Para Luhmann, a política é um subsistema da sociedade; o poder é o seu meio de comunicação, governo e oposição compõem o *código* binário desse subsistema e o *programa* da política fundamenta-se no conjunto de diferentes programas de governo oferecidos pelo governo e a oposição.

moderna, a política supera sempre os limites regionais para se estabelecer de um modo universal: uma universalidade que é ao mesmo tempo espacial e temporal (Idem, 301).

Uma descrição que em vários aspectos pode ser entendida como semelhante a existente hoje no ambiente virtual. Pois, para autores como Benkler (2006), o ambiente digital são espaços institucionais em que se podem exercer certas liberdades com respeito às restrições impostas pelos mercados. Neste ambiente, segundo Bustamante (2010) pode-se evitar os paradoxos que se produzem na *teoria dos jogos* quando um agente busca a maximização da utilidade esperada de suas decisões. Ou seja, o mundo e o conjunto de possibilidades passam a ser modificáveis pelas decisões de outros sujeitos.

## Referências

AZEVEDO, Dilvam Passos de. Retórica e prática da democracia eletrônica: Comentários a respeito do “gap” entre o discurso e a prática da ciberdemocracia. In: I CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2006, Salvador, Bahia.

BENKLER, Yochai. *The Wealth of Nations: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. Yale University Press, 2006. SILVEIRA, SERGIO AMADEU (Org.). **Cidadania e redes sociais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

BERTALANFFY, Ludwing von. **General systems theory**. Foundations, development, applications. Nova York: George Braziller, 1968.

BUSTAMANTE, Javier. Communicative power, digital ecosystems and digital citizenship. SILVEIRA, SERGIO AMADEU (Org.). **Cidadania e redes sociais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá - Educação e Tecnologias, 2010.

DAHL, A. Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1977.

GALLOWAY, Alexander R. What can a network do? In: SILVEIRA, SERGIO AMADEU (Org.). **Cidadania e Redes Sociais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

GOMES, Luiz Roberto. O Consenso como perspectiva de emancipação – implicações educativas a partir da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. TRABALHO APRESENTADO NA 29ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu (MG), 18 de outubro de 2006.

IZUZQUIZA, Ignacio. **La sociedad sin hombres**. Niklas Luhmann o La teoria como escândalo. Barcelona: Anthropos, 1990.

JOHNSON, Steven (2001). **Emergência**. A dinâmica das redes em formigas, cérebros, cidades e software. Maria Carmelita Pádua Dias (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zarázar Editores, 1967.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. tradução de Ana Cristina Arantes Nasser – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A realidade dos meios de comunicação**; tradução Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

MIRANDA, Maressa da Silva. O mundo da vida e o Direito na obra de Jürgen Habermas. **Prisma. Jur**, São Paulo, v.8, n.1, p. 97-119, jan/jun.2009. Disponível em <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/article/viewFile/1454/1324>>. Acesso em: 02 out 2011.

NORRIS, P. Digital divide? Civic engagement, information poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2001.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

SIGNATES, Luiz. **A sombra e o avesso da luz: Habermas e a comunicação social**. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

SILVA, S. P. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: MAIA, ROUSILEY CELI MOREIRA; GOMES, WILSON; MARQUES, FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito. In: MORAES FILHO (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

WIENER, N. (1948). *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*. Cambridge, Mass.: **MIT Press**, 1961.